

ECOLOGIA E POLÍTICA DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO¹

Juracy Marques

O presente artigo discute aspectos políticos e ambientais relacionados ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Propondo uma visão ecossistêmica desse empreendimento iniciado desde o século XIX, mas somente efetivado no século XXI, contraditoriamente, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), optou-se por enraizar o debate em torno da transposição aos diversos problemas socioambientais observados em toda a bacia do Velho Chico. Como se pode observar no corpo deste trabalho, o modelo de apropriação da água como uma mercadoria a serviço do capital é replicado também na gestão das águas do São Francisco. Assim, conclui-se que o que estamos vivenciando neste momento na bacia é a materialização de um modelo de desenvolvimento etno e ecocida sem dias para acabar, a menos que o povo ribeirinho se rebelde.

Disputas das águas

Segundo Vandana Shiva, em seu livro *Guerras por Água* (2006), a partir do fenômeno chamado globalização, a água vem sendo privatizada e transformada em fonte de lucro para grandes empresas multinacionais e transnacionais, ou seja, trata-se da apropriação da natureza “com o único objetivo de reproduzir continuamente o capital, numa acumulação sem fim e sem sentido”. É nesse cenário que discutiremos, neste ensaio, a gestão da água na bacia do São Francisco e o projeto de transposição de suas águas.

A água é um bem natural essencial à manutenção de todas as formas de vida no planeta. Setenta por cento da superfície da Terra são cobertos por esse precioso líquido. Entretanto, apenas 1% desse grandioso volume de água é potável e adequado ao consumo humano.

Nesse sentido, estima-se que exista 1,37 bilhão de km³ de água no planeta. Desse volume, 97% constituem as águas dos oceanos e apenas 3% são de água doce. Do total de água doce, 2/3 estão nas calotas polares e nas geleiras, restando apenas 1% do volume para consumo da população humana. O Brasil é detentor de 12% da água doce que escorre superficialmente no mundo; 72% desses recursos estão localizados na região amazônica e apenas 3% no Nordeste. Essa desigualdade de porcentuais, com visível desvantagem para o Nordeste brasileiro, é consequência das características geoambientais da região (SUASSUNA, 1999²). A perspectiva da escassez de água no Nordeste passará a ser a base do discurso de sustentação para a efetivação do projeto de transposição do São Francisco, hoje chamado de Integração de Bacias.

Nesta primeira década do século XXI, o mundo percebeu que a água potável, base para a manutenção da vida, é o maior indicador da riqueza de uma nação. Dos 7 bilhões de habitantes que somos em todo o mundo, 2 bilhões são atingidos pela escassez de água potável. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (MMA, 2005), se não forem adotadas medidas de preservação dos mananciais e de racionalização do consumo, em 2025, esse porcentual pode atingir mais de 4 bilhões de habitantes do planeta, mais da metade da população mundial. Segundo Vandana Shiva (2006), a cada dia morrem 4.500 crianças com menos de cinco anos de idade por causa da falta de acesso a água potável e de saneamento básico.

Segundo a Unesco (MMA, 2005), nos últimos 50 anos, a disponibilidade de água para cada ser humano diminuiu 60%, ao mesmo tempo que a população cresceu 50%. Cerca de 1,4 bilhão de pessoas não tem acesso a água potável em toda a face da Terra, e mais de 2,4 bilhões não têm acesso aos serviços de saneamento ambiental. Isso porque 70% do consumo da água doce no mundo vão para a agricultura – responsável por 40% de todos os produtos agrícolas produzidos no mundo –, 20% para a indústria e apenas 10% para o consumo humano (MALVEZZI, 2010).

A água é, hoje, um bem natural que está no centro das grandes questões da humanidade. A água doce, adequada ao consumo humano, foi apropriada como uma mercadoria, tornando-se objeto de lucro do capital. A água doce, juntamente com as terras adequadas ao cultivo de alimentos, é hoje o “novo petróleo da humanidade”.

As questões evidenciadas aqui serão pensadas a partir das grandes problemáticas socioambientais que envolvem a gestão e os usos das águas do Velho Chico; entre elas, a decisão de consolidar um dos projetos mais polêmicos que envolve toda a sua bacia: a transposição do Rio São Francisco.

Mudanças do clima e vulnerabilidade hídrica

A disponibilidade de água no planeta se agravou com as alterações climáticas, que mudaram em todo o mundo as dinâmicas das águas doce e salgada, fundamentais para comunidades humanas, animais, plantas e base para a economia global. Desde o fim do século XIX, o planeta está quase 1 °C mais quente. Parte desse aquecimento agravou-se após a década de 1960, com o processo de industrialização.

O mundo está preocupado com as mudanças do clima e suas consequências para a vida das pessoas e toda a biodiversidade planetária. O assunto foi pauta da 21ª Conferência das Partes das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (COP21), que aconteceu de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, em Paris. Estima-se que, até 2020, o clima pode aumentar 1 °C, devendo chegar ao alarmante índice de 2 °C em 2050. Esse aumento climático é decorrente da excessiva emissão de carbono (CO₂) e metano (CH₄), gases de efeito estufa, gerados a partir das intervenções humanas na natureza. Consequências como a extinção de espécies vegetais e animais, além do aumento do número de refugiados ambientais, comporão as agendas ambientais neste século.

É importante destacar que as grandes corporações econômicas globais, responsáveis por parte significativa das alterações climáticas, influenciam quase a totalidade das agendas políticas no mundo, particularmente nos Estados Unidos, criando um falso discurso de que as alterações climáticas não estão acontecendo, o que torna as resoluções pensadas ainda mais lentas.

Em 2018, o superaquecimento em diferentes partes do globo, acompanhado dos dramáticos incêndios envolvendo a Europa, a Austrália e os Estados Unidos, fez a humanidade refletir sobre a materialização das previsões de diferentes centros de pesquisas sobre o aquecimento da Terra, bem como sobre as desastrosas decisões políticas, como a saída dos EUA do Acordo de Paris.

Em 1995, havia 25 milhões de refugiados ambientais e 27 milhões de refugiados políticos ou de guerras. Até 2020, o número de refugiados ambientais chegará a 50 milhões. Nos próximos 30 anos, 200 milhões de pessoas deixarão seus lugares em razão da falta de água.³ No caso do Nordeste brasileiro, estima-se que o processo de desertificação agravado com as mudanças climáticas, que já atinge uma área de 55.236 km², tem afetado mais de 750 mil⁴ brasileiros; parte desse contingente migrou para os grandes centros do país.

Recentemente, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (Procam) da Universidade de São Paulo (USP), foi apresentada uma dissertação de mestrado intitulada A Transposição do São Francisco como Potencial Medida de Adaptação às Mudanças Climáticas, de Nádia Pontes, sob a

supervisão de Paulo Artaxo, um dos maiores especialistas nesse assunto no mundo. Um trabalho que descola os discursos, a favor e contrários, até aqui ventilados sobre a polêmica obra da transposição.

Essas novas configurações climáticas, naturais e produzidas pelas ações humanas, somam-se às novas preocupações com o El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento das águas do Oceano Pacífico, que provoca a ocorrência de chuvas no Sul e no Sudeste do Brasil e secas no Nordeste.

A Bacia do São Francisco inclui 58% da área do Polígono das Secas (CBHSF, 2011), espaço geo-humano com períodos críticos de estiagens e diferentes índices de aridez, do qual participam mais de 270 municípios brasileiros, a maioria na Região Nordeste. Nesses espaços, temos observado intensos processos de êxodo populacional, sobretudo para o Sul e o Sudeste do país.

Hoje, a presença humana nas diferentes paisagens da Terra é pensada a partir dessas novas configurações apresentadas pelos problemas ambientais complexos, entre os quais a questão do clima e seus impactos para a vida humana. Na região do São Francisco, veem-se as consequências de um prolongado ciclo de estiagem, um agravante processo de morte do cerrado e da caatinga. Além da história de agressões socioambientais que vem sofrendo atualmente, o rio agoniza e evidencia sua morte.

O Rio São Francisco e o Projeto de Transposição

Pela primeira vez na história, em 2014, observamos que a nascente do São Francisco, na Serra da Canastra, em Minas Gerais, secou.

Também pela primeira vez, em novembro de 2015, o maior lago artificial da América Latina, Sobradinho, construído na década de 1970, com taxas de evaporação de água de 250 m³/s, três vezes mais que a vazão prevista para o Projeto de Transposição (FILHO, 2012), atingiu seu limite morto. Esses são apenas dois dos dados que o ecologista José Alves, no seu importante livro *Flora das Caatingas do Rio São Francisco* (2012), analisa como a extinção inexorável do Rio São Francisco. Os indicadores que ele apresenta são assustadores, mas perturbadoramente reais.

Com extensão de 2.700 km, parte no semiárido brasileiro, a Bacia do São Francisco é formada pelo Velho Chico, principal curso d'água, e por um conjunto de afluentes (90 na margem direita e 78 na margem esquerda⁵) temporários e permanentes. É a terceira bacia do Brasil, única a cortar todo o território nacional, integrando 504 municípios (9% do total de municípios do país). Percorre os estados de Minas Gerais, Goiás, Distrito Federal, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Tem, hoje, uma população humana estimada em mais de 17 milhões de habitantes (MP, 2014), ou seja, trata-se de um rio que corta o “semiárido mais populoso do mundo”.

O cenário que caracteriza o que se pensa como escassez hídrica no semiárido foi base para justificar uma das intervenções mais violentas no São Francisco: o Projeto de Transposição. A questão, em si, não diz respeito ao volume de água que cai (um armazenamento de 10% desse volume seria suficiente para o desenvolvimento do semiárido), mas à capacidade de armazená-la e de evitar as altas taxas de evaporação. Segundo Tomaz (2010),

a transposição do Rio São Francisco nada acrescenta ao potencial de água do Nordeste, isso porque o poder regulador das represas através da sua capacidade volumétrica ultrapassa as estiagens e derruba o mito da escassez.

Sobre a transposição, sabemos que o governo sustenta o argumento de que a obra levará água para 12 milhões de habitantes do semiárido, contemplando 390 municípios, com capacidade para irrigar mais de 300 mil hectares de terras. Tal obra inclui ainda a construção de dois eixos (Norte e Leste), duas barragens hidrelétricas (Pedra Branca e Riacho Seco), nove estações de bombeamento, 27 aquedutos, oito túneis, 35 reservatórios, redes de energia, linhas de transmissão e quatro túneis – para transpor águas da Bacia do São Francisco para os estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Norte, a partir da captação em Cabrobó, com cerca de 400 km, levará água aos rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará, Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. O Eixo Leste, que sai da região da Barragem de Itaparica, em Floresta, tem cerca de 220 km, levará águas para as bacias do Pajeú, do Moxotó e da Região Agreste de Pernambuco – um ramal de 70 km interligará o Eixo Leste à bacia do Rio Ipojuca (BARROS, 2017). Seu custo total pode chegar a mais de 20 bilhões de reais. É um dos maiores investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inicialmente orçado em 8,2 bilhões de reais (MARQUES, 2006).

Luciana Houry (2010), promotora da área ambiental do MP da Bahia, a respeito dessa obra, esclarece:

O Projeto de Transposição do Rio São Francisco contraria o Estado Democrático de Direito: viola a Constituição Federal, pois não foi ouvido o Congresso Nacional e o projeto afeta terras indígenas; afronta as normas ambientais, pois foram lacunosos os estudos de impacto ambiental quanto aos aspectos do meio físico, biótico e socioeconômico, além de as audiências públicas terem sido convocadas para lugares distantes da Bacia, inviabilizando a participação da população afetada; e viola as normas de recursos hídricos, pois fere o Plano de Bacia aprovado pelo Comitê que decidiu que alocação externa das águas do São Francisco é possível apenas para consumo humano e animal, nos casos de comprovada escassez da bacia receptora e é fato notório que a transposição tem finalidades de uso econômico das águas. O mais grave de tudo é que tramitam no STF 14 ações judiciais ainda sem decisão definitiva e as obras estão acontecendo sob égide de uma liminar, e ao final, certamente, serão comprovadas as ilegalidades, mas os danos já estarão consumados.

Além desses indicadores de ilegalidade, a obra da transposição também está na mira dos escândalos de corrupção do Brasil. Em dezembro de 2015, a Polícia Federal prendeu executivos do consórcio de empresas responsáveis por parte da obra, acusadas de desviarem 200 milhões de reais. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou, entre 2005 e 2013, irregularidades que somam 734 milhões de reais nas obras da transposição.⁶

Como pondera Henri Acselrad no prefácio do livro *O Desencantamento das Águas no Sertão – Crenças, Descrenças e Mobilização*

Social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco, de Juliana Neves Barros (2017):

A decisão política de executar tais projetos é, via de regra, criticada por estar associada a dinâmicas de superfaturamentos, de clientelismo e de vinculação das estratégias de negócios das empreiteiras às síndromes de um sistema político caracterizado pela falta de transparência e pela falta de abertura para a participação social nos processos decisórios, que, com frequência, são corrompidos para fins negociatas e eleitoreiros.

Esse projeto não é novo na história do Brasil. As primeiras ideias sobre essa obra remontam ao século XIX, quando as elites do Ceará a denominaram “canalização do Rio de São Francisco”. Em 1958, é retomado pelo engenheiro Mário Ferracuti; em 1983, pelo candidato à Presidência da República Mário Andreazza; em 1990, no governo de Itamar Franco, pelo ministro da Integração Nacional, Aluizio Alves; e em 1994 e 1998, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (BARROS, 2017).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a obra não vingou. Paradoxalmente, sem o apoio de parte dos movimentos sociais do Brasil e do próprio partido (PT), a transposição ganhou pernas logo no início do governo do presidente Lula, em 2003. Com uma reorganização na proposta, particularmente o desligamento da transposição do Rio Tocantins, e agora nomeada Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf), a transposição ficou sob a responsabilidade do então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, desde

sempre favorável ao projeto, haja vista que o Ceará, seu estado natal, é um dos maiores beneficiários da obra.

Com partes de sua megaestrutura em funcionamento, a obra acumula vários impactos socioambientais, entre os quais: perda temporária de emprego e renda por efeito das desapropriações; modificação da composição das comunidades biológicas aquáticas nativas nas bacias receptoras; risco de redução da biodiversidade nas bacias receptoras; risco de tensões durante a fase de obra; interferências no patrimônio cultural (sítios históricos); risco de introdução de espécies de peixes exóticos; perdas de áreas produtivas; deslocamento compulsório de 1.889 famílias, sendo que 70% são de não proprietários, mediante desapropriação de 24 mil hectares de terra, entre outros (BARROS, 2017). Para Juliana Barros (2017), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da transposição:

Constituem-se numa importante síntese do discurso oficial, do discurso político autorizado para registro, apropriação e circulação em vários segmentos [...] tratando-se de um documento longo, na prática pouco acessível à população geral, importará vários exercícios de tradução, recortes, seleção de destaques, omissões e representações cartográficas, que serão construídas a favor dos interesses específicos dos grupos que as veiculam e disputam interpretações – visões sobre o projeto.

Como parte das mitigações dos danos que seriam causados às famílias impactadas com a transposição, em 2007, foram planejadas 18 Vilas Produtivas Rurais (VPRs) pelo Ministério da Integração, que abrigariam

mais de 5 mil pessoas, a um custo de mais de 207 milhões de reais aos cofres públicos. Mais de dez anos se passaram e, hoje, essas pessoas encontram-se em estado de abandono nessas vilas quase fantasmas.

Precisamos da transposição?

A Região Nordeste tem o maior índice de açudes do mundo. São mais de 70 mil açudes, com capacidade para acumular 37 bilhões de m³ de água, o suficiente para atender ao uso humano e à dessedentação animal (SAID, 2010).

O Brasil possui uma das maiores redes hidrográficas do mundo, mas a poluição hídrica em todo o país cresceu drasticamente desde seu processo de urbanização e industrialização. Podemos citar a dramática situação do Rio Tietê, em São Paulo, ou mesmo o assassinato do Rio Doce, a partir do rompimento das barragens de mineradoras em Minas Gerais, um dos maiores desastres ambientais da história da Terra. Mas olharemos para a agonizante situação do Rio São Francisco.

Repetindo: pela primeira vez na história, sua nascente secou. Pela primeira vez na história, o lago de Sobradinho, maior da América Latina, construído na década de 1970, atingiu a cota de 0% por causa da seca no rio, quando, em 2014, era de 57%; pela primeira vez na história, todos os moradores da Bacia do São Francisco ficaram aflitos com a evidente morte do dantes Rio-Mar (Opara). Em muitos lugares da bacia, escuta-se a angustiante pergunta: “Será que o rio vai morrer?”.

Parte dos grandes problemas socioambientais do São Francisco foi causada pela implantação das grandes hidrelétricas. Construídas desde 1913 (Angiquinho), todo o corpo do São Francisco fora acorrentado

com paredes de concreto, o que, além de resultar na destruição de dezenas de cidades e da vida de milhares de pessoas, atingiu drasticamente toda a diversidade biológica que dependia do ciclo natural do São Francisco.

Estima-se que, no mundo, existam mais de 45 mil barragens construídas, responsáveis pela expulsão de mais de 80 milhões de pessoas⁷ (MAB, 2007). No caso do Rio São Francisco, foram construídas mais de uma dezena de grandes hidrelétricas, atingindo mais de 250 mil pessoas⁸ (MARQUES, 2008). Trata-se do rio com a maior cascata de barragens do Brasil (Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Complexo Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó).

Não podemos esquecer: são estruturas que envelhecem e precisam ser removidas com o tempo. Não são obras eternas. Esse complexo de problemas que o Velho Chico enfrenta requer que se coloque na pauta a retirada desses “ossos de cimentos” que mataram o rio. Isso não é delírio, mas parte da política socioambiental de diversos países do mundo.

O American Rivers,⁹ centro de restauração de rios nos EUA, desde 1973 vem restaurando rios, resguardando mais de 150 mil milhas desses corpos d’água. Esse centro de restauração menciona a restauração de mais de **1.100 barragens nos EUA**, resultando em benefícios para as águas dos rios, os peixes e outras espécies, inclusive para nós humanos.

De acordo com a Dam Removal Europe,¹⁰ a partir dos levantamentos de dados referentes a Suécia, Espanha, Reino Unido, Portugal, França e Suíça, foram removidas

3.450 barragens em território europeu. Até 2008, foram removidas, somente na Espanha, 300 barragens de pequeno e médio portes.

Famílias ribeirinhas, em toda a extensão do São Francisco, têm enfrentado dificuldades para o abastecimento humano e a dessedentação animal. As margens do Velho Chico estão secas. A vida ao longo do seu vale está seca, morta. Sacrificá-lo é a alternativa para levar águas aos sedentos? Afirma-se que a captação de água do São Francisco pelo projeto de transposição será de cerca de 3,5% da sua vazão disponível. Quase toda a água do Velho Chico está negociada, e esse percentual, que não se aproxima da realidade da quantidade de água que sairá nessa nova “sangria”, pode representar o “golpe de misericórdia” a esse imenso corpo hídrico que agoniza.

O São Francisco passa pela pior seca dos últimos cem anos, mas essa não é a causa da sua morte. Apesar do triste cenário, os projetos econômicos em toda a bacia não foram paralisados. A indústria, a mineração e a irrigação, juntas, são responsáveis por mais de 80% das águas retiradas do Velho Chico. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA),¹¹ de toda a água retirada do São Francisco, 76% são consumidos pela irrigação. No vale, essa área é de 120 mil hectares (FILHO, 2012). De acordo com a ONU,

aproximadamente 70% de toda a água potável disponível no mundo é utilizada para irrigação, enquanto as atividades industriais consomem 20% e o uso doméstico 10% (TERRA AMBIENTAL, 2013).

Quase toda a água do Velho Chico está negociada, e esse percentual não se aproxima da realidade da quantidade de água que sairá nessa nova “sangria”

Sabemos que a gestão das águas do Velho Chico, hoje sobre a responsabilidade do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), tem na liberação de cotas para usos diversos o seu maior campo de disputa. Esperamos que esse comitê, pensado para ser democrático e responsável pela vida do Velho Chico, não seja o lugar do agenciamento de sua morte.

Diante desse cenário, onde prevalece um conceito de desenvolvimento centrado nos grandes projetos de irrigação, na construção de barragens sem pensar nos impactos e nos sujeitos ali imbricados, pensamos que as ações e as políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, tendo como foco o acesso e a captação de água de chuva, têm se colocado como experiências inovadoras e propositivas diante desse gigante discurso que insiste em operacionalizar de qualquer forma, indo de encontro com qualquer possibilidade de diálogo com a sociedade civil organizada, como no caso da Transposição do Rio São Francisco – e de tantas outras frentes, muitas delas ainda desconhecidas e obscurecidas na profecia e no discurso do desenvolvimento que é anunciado.

A Lei nº 9.433, de 1997, Lei Nacional de Recursos Hídricos, diz que, em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é para o consumo humano e para a dessedentação animal. Isso não é respeitado no caso do Rio São Francisco. Um volume substancial de toda a água do Velho Chico

ainda vai para a irrigação, para a indústria e para a geração de energia, principais usuários da bacia. A água no sertão é representada e usada pelos grupos econômicos que controlam a política no nosso país.

A transposição, ao que transparece, consolida-se como um projeto ligado às estruturas políticas ecocidas e à capacidade de influência, nesse cenário, das grandes construtoras. Esconde-se, por trás do discurso de dessedentação humana e animal no semiárido, a engenharia do capital, que produz riqueza transformando a natureza em mercadoria e, diga-se de passagem, usando os destinos de vidas simples como as que estão jogadas nas vilas quase fantasmas construídas para depositar os expropriados dessa obra sem pé nem cabeça.

O Velho Chico agoniza com graves problemas socioambientais intensificados nesses dois últimos séculos de sua história. Além da salinização dos seus solos e da formação de núcleos de desertificação, quase toda a cobertura vegetal das suas matas ciliares foi destruída, restando apenas 4%, o que aumenta os processos erosivos nas suas margens, ocasionando o assoreamento do rio e tornando-o inviável como hidrovía (FILHO, 2012).

Em todo o Vale do São Francisco, observamos o uso indiscriminado de agrotóxicos na fruticultura irrigada, o que tem trazido certo nível de vulnerabilidade à saúde do trabalhador e de todos os consumidores. Somos o país que mais usa agrotóxicos no mundo,

Ações e as políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido, tendo como foco o acesso e a captação de água de chuva, têm se colocado como experiências inovadoras e propositivas.

cabendo a cada brasileiro o consumo de 5,2 litros de venenos agrícolas por ano.¹²

O espelho d'água do Velho Chico, que em parte do ano tem uma bela coloração verde-azulada, antes habitat de centenas de espécies de peixes, plantas e outros organismos, hoje é o tablado para o insano espetáculo de potentes lanchas e motos náuticas, parte delas de uma classe média alienada e indiferente aos problemas socioambientais, que tomou conta das suas margens e do que ridiculamente chamamos de áreas de proteção permanente no nosso país.

Mais de 95% dos municípios situados às margens do São Francisco ainda jogam esgotos urbanos sem tratamento no rio (MARQUES, 2006). Podemos falar ainda dos impactos causados pelas mineradoras, pelas carvoarias, enfim. Parte dos graves problemas socioambientais da Bacia do São Francisco é analisada na obra do Ministério Público da Bahia (MP) *Velho Chico: a Experiência da Fiscalização Preventiva Integrada na Bahia* (2014).

Se olharmos para a história socioambiental do São Francisco, desde a presença de grupos originários anteriores, há 13 mil anos, passando por sua invasão, em 1501, até o início do século XIX, perceberemos que foi nesses dois últimos séculos que a carnificina do Velho Chico se efetivou. Atualmente, o que estamos fazendo com o Velho Chico, como o Projeto de Transposição, é apenas o “golpe de misericórdia”. Seo Manoel (2004), pajé do povo Xocó, disse: “Já tiraram o couro do Rio São Francisco, agora só falta espichar”. A fala de José Alves (2012) também é reveladora dessa morte iminente do Velho Chico:

Estou convencido da extinção inexorável do São Francisco. Eu gostaria de apreciar e documentar com maior precisão a biodiversidade desse pedaço do Brasil, mas não tive esse privilégio. A minha geração falhou na documentação do inventário da diversidade biológica e na conservação dos ecossistemas naturais. Agora resta-nos a restauração e a revitalização, mais dispendiosas, e a consciência de que resgatar a condição original é uma impossibilidade.

Apesar da perplexidade e da inoperância de todos diante dessa catástrofe ambiental que seria a morte do São Francisco, ainda se vive com a ilusão de um morto que parece vivo, como é o estado atual do que dantes fora chamado pelos nativos de Opará, Rio-Mar. O Projeto de Revitalização do São Francisco, usado como moeda de troca para justificar a implantação do Projeto de Transposição, é uma das ações fracassadas de diversos governos brasileiros desde 2003.

Há que se pensar: como um rio que agoniza nessa proporção ainda é base para a sustentação direta de um contingente humano de quase 17 milhões de habitantes? O que será da vida dos ribeirinhos se a vida do Velho Chico acabar? Essa vida que, observamos, está morta.

Um recorte para ilustrarmos esse des caso: um dos seus afluentes, o Rio Olhos d'Água Amarelo, que nasce na Serra dos Morgados, em Jaguarari/BA, em decorrência da perfuração excessiva e irresponsável de poços artesianos, associada ao intenso processo de desmatamento e das próprias mudanças climáticas, secou, junto com outras nascentes, cachoeiras e

cacimbas; entretanto, nada foi feito para minimizar essa situação. Se mergulharmos nesse exemplo, veremos que a destruição da natureza tem sido fonte de renda para uma rede política e econômica, que assaltou os espaços de decisão sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil, excluindo a população dessas decisões. Isso também vale para os comitês de bacias onde essas águas hoje são negociadas.

Há uma diferença substancial entre morrer vivo e viver morto. O São Francisco, como tantos outros rios do mundo, está sendo vítima de um modelo civilizacional etno e ecocida, baseado no consumo capitalista e na concentração de riquezas de poderosos grupos econômicos, internacionais e nacionais, que contam com a perversa complacência de corruptos grupos políticos e, assim, legitimam seus planos.

Escancaradamente, estão visibilizados seus enraizamentos. Parte das agendas político-econômicas falaciosamente sustenta um discurso pelo cuidado socioambiental do Brasil, que hoje está entregue ao mais vil e covarde modelo de gestão política e econômica. Como o Madeira, sacrificado pela autorização de hidrelétricas, e o Doce, assassinado com a amarga lama das mineradoras de Minas, o São Francisco teve, definitivamente, seu destino selado nas mãos da cruel, estúpida e covarde agenda política ambiental brasileira. Não há saída para o Velho Chico pelas vias governamentais. Só o povo do rio pode salvar o Rio do Povo! **obs**



Juracy Marques

É professor titular da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) (Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana/PPGEcoH e Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos/PPGESA), doutor em cultura e sociedade, pós-doutor em antropologia (UFBA) e em ecologia humana (UNL/PT) e doutorando em ecologia humana (FCSH - UNL). É membro da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana (Sabeh).



Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ASA, Articulação do Semiárido. *Caminhos para a convivência com o semiárido*. 10. ed. Recife/PE, jul. 2011.
- ASA BRASIL. O semiárido. Disponível em: <www.asabrasil.org.br/portal/informacoes.asp?cod_menu=1>. Acesso em: 22 out. 2014.
- BARROS, Juliana Neves. *O desencantamento das águas no sertão*: crenças, descrenças e mobilização social no Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- CAMPOS, Nivalda Aparecida. *A grande seca de 1979 a 1983*: um estudo dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semiárida do Nordeste do Brasil. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. Natureza, território e desenvolvimento no semiárido. In: REIS, Edmerson dos Santos; NÓBREGA, Luciana da Silva; CARVALHO, Luzineide Dourado (Org.). *Educação e convivência com o semiárido*: reflexões por dentro da Uneb. Juazeiro, 2011.
- CBHSF. Guardiões do Velho Chico: Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Salvador, 2011.
- FAVERO, Celso Antonio; SANTOS Stella Rodrigues dos. *Semiárido*: fome, esperança, vida digna. Salvador: Uneb, 2002.
- FILHO, José Alves de Siqueira (Org.). *Flora das caatingas do Rio São Francisco*: história natural e conservação. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2012.
- KHOURY, Luciana. Um atentado ao Estado de Direito. In: ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as Águas no Sertão*. São Paulo: Silvamarts, 2010.
- MALVEZZI, Roberto. Mercado de águas. In: ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as águas no sertão*. São Paulo: Silvamarts, 2010.
- MARQUES, Juracy. *Barrando as barragens*: o início do fim das hidrelétricas. Manaus: UEA, 2018.

- _____. Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: um estudo de caso dos tuxás de Rodelas, Bahia, Brasil. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2008.
- _____. *Ecologias do São Francisco*. Paulo Afonso: Fonte Viva, 2006.
- MMA. Água é vida: a importância da água para a vida no planeta. Rio Grande do Sul: MMA, 2005.
- MP. *Velho Chico*: a experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. *Estudos sobre o Nordeste*, v. 1, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PONTES, E. T. M.; MACHADO, T. A. Programa Um Milhão de Cisternas Rurais no Nordeste Brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-25.
- SAID, Magnólia. Água no semiárido. In: ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as águas no sertão*. São Paulo: Silvamarts, 2010.
- SHIVA, Vandana. *Guerra por água: privatização, poluição e lucro*. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- SILVA, Érica Daiane da Costa. A mídia e as dizibilidades sobre o semiárido brasileiro. *Revista de Comunicação e Cultura no Semiárido*, Universidade do Estado da Bahia, v. 1, n. 1, jul./2013-dez./2014.
- SOUZA, Uilson Viana de. O que fica no “ar”? Discursos e representações da seca do semiárido brasileiro no telejornalismo da Rede Globo. Dissertação de especialização em Educação, Universidade do Estado da Bahia (Uneb), 2013.
- TERRA AMBIENTAL. Irrigação é responsável pelo consumo de 72% da água no Brasil. Disponível em: <<http://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/bid/320413/>>. Acesso em: 28 dez. 2015.
- TOMAZ, Alzeni. O semiárido: um lugar exponencial de encanto, dor e alma. In: ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as águas no sertão*. São Paulo: Silvamarts, 2010.
- ZINCLAR, João. *O Rio São Francisco e as Águas no sertão*. São Paulo: Silvamarts, 2010.



Notas

- 1 Parte deste texto encontra-se no livro *Barrando as barragens* (MARQUES, 2018).
- 2 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=681&Itemid=376>. Acesso em: 5 dez. 2018
- 3 BLANC, Claudio. Refugiados ambientais. In: *Guia aquecimento global*. São Paulo: 2015.
- 4 *O Globo*, 2015.
- 5 MP. *Velho Chico*: a experiência da fiscalização preventiva integrada na Bahia. Salvador: Ministério Público da Bahia e Órgãos Parceiros do Programa FPI, 2014.
- 6 Ver: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-deflagra-operacao-contr-desvios-na-transposicao-do-sao-francisco-com-doleiros-da-lava-jato/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- 7 MAB. *Hidrelétricas do Rio Madeira – energia para quê e para quem?* Rondônia: MAB, 2007.
- 8 MARQUES, J. Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: um estudo de caso dos tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2008.
- 9 Disponível em: <<http://www.americanrivers.org/initiative/dams/projects/2013-dam-removals/>>. Acesso em: jul. 2017.
- 10 Disponível em: <<http://damremoval.eu/>>. Acesso em: jul. 2017.
- 11 Ver: <www.ana.gov.br>.
- 12 Ver: <<http://www.etc.com.br/noticias/brasil/2014/12/brasileiro-consome-52-litros-de-agrotoxico-por-ano-alertam-ambientalistas>>. Acesso em: 15 dez. 2018